



Estado de Minas Gerais
Poder Executivo de Nova Era
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL DE N.º 2.317, DE 22 DE DEZEMBRO 2023.

Dispõe sobre a criação do programa jovem aprendiz, pessoa com deficiência ou reabilitado aprendiz novaerense, e dá outras providências.

TXAI SILVA COSTA, Prefeito do Município de Nova Era, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei Orgânica do Município, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar, por meio de organizações da sociedade civil ou em parceria com essas, nos moldes da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Programa Jovem Aprendiz, Pessoa com Deficiência ou Reabilitado Aprendiz Novaerense, no âmbito da administração direta e indireta municipal.

Art. 2º - As organizações da sociedade civil de que trata o art. 1º desta lei deverão:

- I** - ser cadastradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- II** - ter comprovada expertise na política de promoção da igualdade de oportunidade, de combate à discriminação e de inclusão da pessoa com deficiência ou reabilitada;
- III** - apresentar condições metodológicas e físicas para formação de jovens e sua inclusão no mundo do trabalho e emprego público;
- IV** - estar inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do art. 431 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



Estado de Minas Gerais
Poder Executivo de Nova Era
GABINETE DO PREFEITO

§2º - As organizações de que trata o art. 1º desta lei contratarão o jovem inscrito no programa estabelecido nesta lei, sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições do Decreto-Lei nº 5.452/43 e da Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 3º - O programa de que trata esta lei tem por objetivos:

I - proporcionar aos aprendizes inscritos formação técnico-profissional que possibilite seu ingresso no mercado de trabalho;

II - ofertar aos aprendizes condições favoráveis para exercerem a aprendizagem profissional na área da administração pública direta e indireta;

III - estimular a inserção, reinserção e manutenção dos aprendizes no sistema educacional, a fim de garantir seu processo de escolarização.

IV - promover a inclusão social, educacional e profissional dos jovens aprendizes por meio de uma formação técnico-profissional que valorize a democracia, a participação no espaço legislativo e o exercício da cidadania;

Art. 4º - Terão acesso prioritário às vagas do programa:

I - jovens, adolescentes, pessoas com deficiência e reabilitados, cujas famílias estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em situação de pobreza ou extrema pobreza;

II - adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou egressos do sistema socioeducativo;

III - adolescentes em situação de trabalho infantil ou adolescentes e jovens egressos do trabalho infantil;

IV - jovens, adolescentes e pessoas com deficiência e reabilitados contemplados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC);



Estado de Minas Gerais
Poder Executivo de Nova Era
GABINETE DO PREFEITO

V - jovens de 14 (quatorze) a 24 (vinte e quatro) anos em situação ou egressos de acolhimento institucional;

VI - jovens egressos ou em cumprimento de pena no sistema prisional;

VII - jovens imigrantes ou refugiados;

VIII - jovens indígenas ou oriundos de povos e comunidades tradicionais;

IX - jovens em situação de violação de direitos ou de violência.

Parágrafo único. Outros acessos prioritários poderão ser regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 5º - A Secretaria de Administração e o Departamento de Recursos Humanos ficam responsáveis pela gestão do programa estabelecido por esta lei.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a editar regulamento de implantação do programa de que trata esta lei por meio de decreto, naquilo que couber.

Art. 7º - A participação no programa não poderá ser estipulada por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz com deficiência.

Art. 8º - As despesas referentes à contratação dos aprendizes correrão por conta da dotação orçamentária própria constante no orçamento em vigor.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Era – MG, 22 de dezembro de 2023.

TXAI SILVA

COSTA:11751997618

Assinado de forma digital por
TXAI SILVA COSTA:11751997618
Dados: 2023.12.22 11:46:04 -03'00'

TXAI SILVA COSTA
Prefeito